

# ESPACIALIDADE, AMBIENTE E IMIGRAÇÃO: a territorialização de alemães em Santa Maria (Rio Grande do Sul, século XIX)

Octávio Becker Neto<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 23/06/2021.

Artigo aceito em: 06/08/2021.

**RESUMO:** Busca-se discutir os processos de inserção social e de territorialização de imigrantes alemães no município de Santa Maria, na Província do Rio Grande do Sul, no século XIX. Para tanto, utiliza-se de alguns preceitos da Micro-história italiana e da História Ambiental e propõe-se uma reflexão sobre o espaço encontrado, ocupado e experienciado pelos imigrantes, e também sobre o espaço por eles produzido. Associa-se a isso o diálogo com uma historiografia dedicada à temática da imigração e preocupada com o espaço enquanto uma categoria analítica não meramente contextual. São utilizadas fontes de origem diversa, sobretudo requerimentos de terrenos urbanos. Entende-se que o espaço de inserção dos imigrantes passa a ser um território produzido pelas suas relações e práticas sociais localmente reproduzidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espacialidade; Ambiente; Territorialização; Imigração alemã; Santa Maria.

SPATIALITY, ENVIRONMENT AND IMMIGRATION:  
the territorialization of Germans in Santa Maria (Rio Grande do Sul, 19<sup>th</sup> century)

**ABSTRACT:** It is sought to discuss the social insertion and territorialization processes of German immigrants in the municipality of Santa Maria, in the Province of Rio Grande do Sul, in the nineteenth century. Therefore, it is used some precepts of Italian Microhistory and Environmental History and it is proposed a reflection on the space found, occupied and experienced by immigrants, but also on the space produced by them. This is associated with the dialogue with a historiography dedicated to the theme of immigration and concerned with space as an analytical category that is not merely contextual. It is used sources from different origins, especially urban land requisition. It is understood that the immigrants' space of insertion becomes a territory produced by their locally reproduced social relations and practices.

**KEYWORDS:** Spatiality; Environment; Territorialization; German immigration; Santa Maria.

---

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Licenciado em História pela Universidade Franciscana - UFN. Bolsista de doutorado da CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa em História Social: Escalas, Mobilidades e Trajetórias (GPEHS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2711676139450998>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8902-0689>. Endereço de e-mail: [octaviobecker@yahoo.com.br](mailto:octaviobecker@yahoo.com.br)

## Introdução

O presente texto propõe uma discussão historiográfica espacializada da imigração alemã ao município de Santa Maria, buscando inspiração no método micro-histórico e no campo da História Ambiental. Faz-se necessário, primeiro, uma breve apresentação do aporte teórico-metodológico escolhido, explicando a sua convergência na questão espacial – chave interpretativa deste trabalho. Ao fim da primeira parte, situa-se o presente texto em meio à historiografia da imigração alemã ao Rio Grande do Sul.

Conferiu-se o nome *spatial turn* ao movimento intelectual que, nas décadas finais do último século, voltou-se à dimensão espacial para interpretar os fenômenos sociais. Este “giro espacial” (uma das traduções utilizadas para referir-se ao *spatial turn*) propiciou às Ciências Sociais e às Humanidades uma nova mirada a uma categoria analítica, até aquele momento, pouco reclamada pelos pesquisadores das referidas áreas de estudo (com exceção, claro, dos geógrafos). Distintas abordagens emergiram de tal movimento intelectual, porém, naquele momento, destacou-se fortemente o uso do espaço enquanto categoria metafórica e abstrata, – uma inovação interpretativa trazida pelo giro espacial. Foi o surgimento do *espaço simbólico*, um importante conceito trazido pelos estudos culturais e aplicado por nomes como Michel Foucault e Pierre Bourdieu (TORRE, 2018, grifo nosso).

Entretanto, importante a este trabalho é a noção de *espaço relacional*, uma outra forma de interpretar o espaço, também oriunda de fins do século XX. Sem abandonar a materialidade do espaço, como faz a perspectiva simbólica, a abordagem relacional permite interpretá-lo sob a luz da experiência humana, em todas as suas particularidades, sejam elas de fundo econômico, político ou social (ESPÍNDOLA, 2012; TORRE, 2018). Tomar o espaço de modo relacional é, portanto, entendê-lo como um produto de ações, comportamentos, práticas e relações constituídas pelos seres humanos e entre os seres humanos. Dessa forma, mais do que espaço, isto é, mais do que esta condição de materialidade das coisas, fala-se da conformação de territórios. Ou seja, fala-se de um espaço intencionalmente apropriado e objetivado por um ator, ou por um grupo, e dotado

de sentido (RAFFESTIN, 1993). Nas palavras de Haruf Espíndola (2012, p. 193), o território deve ser interpretado como algo que transcende o sentido puramente institucional/jurídico-político, pois ele:

permite perceber as imbricações e amálgama entre sociedade e natureza, ao expressar a complexidade dessa relação. Para isso, é preciso ir além da noção do território como divisão político-geográfica, ir para além do Estado, até atingir a problemática relacional.

Também no contexto de renovação paradigmática de fins do século XX, houve, em 1977, a publicação do artigo *Micro-analisi e storia sociale*, do historiador italiano Edoardo Grendi. O seu texto é considerado por muitos o primeiro escrito sistemático, ou, ainda, texto fundacional, do que viria se tornar a Micro-história, apresentando importantes princípios que norteariam este modo de fazer História. Menos conhecido do que nomes como Carlo Ginzbug e Giovanni Levi, que não possuem *a priori* o espaço e a espacialidade das relações como preocupações analíticas (DE VITO, 2020; TORRE, 2020), o autor de *Microanálise e história social* mostrou-se preocupado com esta questão desde o início de seu texto, de modo a abordar a “correspondência entre a morfologia social e a morfologia da ocupação do espaço” (GRENDI, 2009, p. 21-22).

A preocupação de Grendi para com a dimensão espacial suscitou a reflexão de alguns outros historiadores adeptos da Micro-história, dos quais destaca-se, aqui, Angelo Torre (2018, 2020) e Christian De Vito (2020). Estes autores são profundamente inspirados na abordagem topográfica de Grendi, que trata da espacialização da leitura de fontes e, conseqüentemente, da espacialização da análise dos comportamentos, das práticas e das relações sociais estabelecidas pelos indivíduos em um espaço circunscrito de observação. A interpretação de Torre para a produção do espaço pode ser entendida como um refinamento dos pressupostos grendianos referentes à Micro-história e à espacialidade. Ao cunhar a expressão *produção histórica dos lugares*, Torre (2020, p. 73) se refere às “práticas econômicas, sociais, culturais e políticas com as quais determinadas populações recriam incessantemente o universo de suas relações circunscritas em relação às demandas do mundo externo e as organizam no espaço imediato”. Um entendimento

relacional do espaço, aqui, é inegável. Esta vertente micro-histórica, nesse sentido, mostra-se atenta à polifonia produtora de territórios.

Aproximadamente no mesmo período em que Grendi publicou *Micro-analisi e storia sociale*, a História Ambiental estruturou-se como um campo de pesquisa historiográfico. Foi especialmente a partir da década de 1970, nos Estados Unidos, que ela foi impulsionada pelas demandas que o movimento ambientalista produzia nas esferas científico-acadêmica e civil. Para o universo das Ciências Sociais, tais demandas repercutiam na necessidade de conciliação entre humanidade e natureza, uma mudança paradigmática que se mostrava emergente em diversas áreas, com exemplos de maior ou menor sucesso. Para a História, nascida sob um viés antropocêntrico do século XIX, a superação da dicotomia humanidade-natureza era reclamada por diversos profissionais, o que não significava que não houvesse tido na historiografia tentativas anteriores de tal feito.

Na primeira metade do século XX, historiadores como Lucien Febvre e Fernand Braudel destacaram-se pelo diálogo interdisciplinar, de onde a Geografia emergiu como uma aliada das análises históricas. A formalização da História Ambiental, porém, marcou o aprofundamento da relação dos pesquisadores com os objetos *naturais*, pois pregava-se o seu protagonismo, isto é, o seu entendimento enquanto agente histórico. Dessa forma, passava-se a compreender não somente as pessoas como indivíduos responsáveis por mudanças no espaço, mas também o ambiente natural como condicionador da ação humana (WORSTER, 1991; DRUMMOND, 1991; PÁDUA, 2010). A História Ambiental, conseqüentemente, apresentou uma outra maneira de apreender o espaço de modo relacional, entendendo-o como um ecossistema simultaneamente social, econômico, político, cultural e natural –, isto é, um ambiente dotado de interrelações complexas e sobrepostas.

Sabe-se que na historiografia brasileira a temática da imigração foi e é bastante trabalhada sob as perspectivas da Micro-história<sup>2</sup> e da História Ambiental. Limitando-se a um recorte, à historiografia produzida nas últimas duas décadas no Rio Grande do Sul, isso se reflete, especialmente, em uma ampla produção acerca do processo imigratório de alemães e italianos ao estado no decorrer dos séculos XIX e XX. Na mencionada historiografia, sobrepõe-se o montante de trabalhos que exploraram o universo agrário da imigração. A respeito da inserção de imigrantes italianos e, sobretudo, de imigrantes alemães em espaços urbanos, as pesquisas ainda são pouco numerosas.

O método micro-histórico, nos estudos históricos das imigrações, foi introduzido como uma alternativa à história serial e demográfica que se desenvolveu em meados do século XX. Propondo o enriquecimento e a complexificação da dimensão social, a Micro-história foi incorporada por historiadores da imigração, que passaram a se debruçar sobre as relações estabelecidas entre e pelos indivíduos migrantes (MÍGUEZ, 1995). Na historiografia da imigração alemã ao Rio Grande do Sul, a adoção do método micro-histórico marcou uma geração de historiadores que rompeu com os discursos apologéticos tradicionais desenvolvidos no século XX (WITT, 2015). Contudo, a Micro-história grendiana, preocupada também com a espacialidade dos fenômenos sociais, pouca influência exerceu nessa historiografia. O espaço, nesse sentido, continuou como uma dimensão analítica relegada, cumprindo, muitas vezes, o papel coadjuvante de cenário onde as ações e as relações dos agentes históricos aconteceram.

Como mencionado anteriormente, estudos históricos da imigração realizados sob uma mirada ambiental não são novidade, especialmente por lidarem com uma temática de fácil superação de fronteiras nacionais de pesquisa, – um atrativo à História Ambiental de tendência transnacional e/ou global (WORSTER,

---

<sup>2</sup> Apesar da Micro-história ser propriamente considerada um método historiográfico, e não um campo de estudos, considera-se, aqui, a produção intelectual realizada sob, ou influenciada por, esta perspectiva como um conjunto historiográfico preocupado com a observação de fatores comuns. Fala-se, especialmente, dos que concernem às práticas, às experiências e às relações sociais estabelecidas por indivíduos e grupos em um espaço circunscrito.

1991). Para o caso da imigração alemã ao Sul do Brasil, em especial ao Rio Grande do Sul, destacam-se os trabalhos que analisaram as relações estabelecidas entre os colonos alemães e as áreas florestais para as quais eram destinados (BUBLITZ, 2008; RELLY, 2020a), observando, muitas vezes, a transposição de experiências, saberes e práticas aos espaços de recepção (RELLY, 2020a; 2020b). Assim como foi reproduzido pela historiografia da imigração alemã ao Rio Grande do Sul, de modo geral, os esforços analíticos desses trabalhos também estiveram concentrados sobre contextos rurais de colonização. Evidentemente, pode-se justificá-los pelo fato de que a própria imigração alemã ao Brasil foi um projeto que alocou a grande maioria dos estrangeiros em espaços agrários. Além disso, deve-se lembrar que a busca por um enfoque ambiental em análises de contextos urbanizados é um desafio, visto que o ambiente natural, essencial à abordagem da História Ambiental, é apreendido de maneira mais fácil em contextos não urbanos.

Este texto, inspirado nos contemporâneos trabalhos sobre a imigração alemã ao Rio Grande do Sul, elaborados a partir das perspectivas da Micro-história e da História Ambiental, propõe uma retomada do processo de inserção dos imigrantes alemães no município de Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul, para pensar a sua territorialização no século XIX. Busca-se, nesse sentido, ampliar a discussão já existente sobre os planos social e econômico desse movimento migratório, ou seja, espacializando o debate. Propõe-se, portanto, a valorização do espaço para a interpretação da inserção imigrante em Santa Maria, de modo a apreender dinâmicas de territorialização desenvolvidas e possíveis significados dados pelos estrangeiros ao território por eles conformado ou apenas pretendido.

### **A imigração alemã a Santa Maria**

A imigração alemã ao município de Santa Maria, diferente das colônias que foram estabelecidas na província sul-rio-grandense ao longo do século XIX, foi primeira e fundamentalmente urbana. Por não fazer parte da geografia oficial das políticas imigrantistas do Império e da Província, a localidade recebeu um fluxo descontínuo de imigrantes ao longo das décadas de 1830, 1840 e 1850. Advindos de

contextos distintos, como das Colônias de São Leopoldo e de Três Forquilhas, ou ainda dos batalhões mercenários contratados pelo Império brasileiro, esses estrangeiros eram imigrantes de primeira ou segunda geração. Os alemães que se dirigiram a Santa Maria formaram um corpo social expressivo naquela incipiente urbanidade, e lá atuaram principalmente como artífices, comerciantes e negociantes.

O seu estabelecimento na localidade ocorreu, muito provavelmente, por meio de cadeias migratórias: muitos dos soldados contratados que passavam pela localidade retornavam a São Leopoldo após o desmantelamento dos seus batalhões e consumavam casamento com filhas de outros alemães. Logo em seguida, partiam da Colônia e rumavam à já conhecida paragem de Santa Maria, uma localidade menos povoada, que apresentava uma menor concorrência aos artífices e comerciantes, e, ainda, com maior possibilidade de aquisição de terras e terrenos devolutos aos aspirantes proprietários (NICOLOSO, 2013; BECKER NETO, 2020b). Diversas pesquisas mostraram indícios da existência de cadeias migratórias alemãs para Santa Maria, porém esta é uma hipótese a ser mais bem analisada em pesquisas futuras. Um estudo apropriado da questão permitiria uma melhor interpretação quanto às aspirações rurais e/ou urbanas dos estrangeiros estabelecidos no Rio Grande do Sul para além do projeto imigrantista agrário institucionalizado pelos poderes públicos e aos imigrantes imposto.

Em 1857, por outro lado, foi fundado no município um empreendimento colonial espontâneo, de origem privada, por um grupo de alemães estabelecido em Santa Maria, – a Colônia do Pinhal, localizada ao norte da sede municipal. Até a fundação do Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, em 1876, futuramente Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul, a Colônia do Pinhal foi o único empreendimento agrícola de imigração no município. Destaca-se que o referido empreendimento foi idealizado por imigrantes primeiramente estabelecidos no espaço urbano santa-mariense, o que garante a este caso uma inversão da tradicional lógica das migrações campo-cidade.

Tem-se, assim, dois contextos distintos de inserção de imigrantes alemães em Santa Maria: um urbano e outro rural. Atentando-se à geografia do município, é possível visualizar que, ao período, o espaço urbano santa-mariense e a região onde estava localizado o Pinhal não correspondiam a um mesmo ambiente natural. Fala-se, nesse sentido, a respeito da divisão geográfica de biomas existente no município, isto é, um ecótono. A porção norte de Santa Maria corresponde ao extremo sul do Planalto Meridional brasileiro, coberto, na região, por florestas subtropicais pertencentes ao bioma Mata Atlântica. Por sua vez, a sede municipal, correspondente ao espaço urbano santa-mariense do século XIX, foi erguida abaixo da “serra” existente ao norte, na Depressão Central do Rio Grande do Sul, pertencente ao bioma Pampa. Abaixo, a figura 1, uma fotografia do centro santa-mariense de 1902, mostra o contraste entre a região norte do município, formada pelo Planalto Meridional, e o centro, localizado diretamente abaixo desta elevação.

Figura 1 – Fotografia de parte da região central de Santa Maria, datada de 1902



Fonte: Machado, Noal Filho e Marchiori (2008)

Uma vez que é possível constatar a existência de duas realidades espaciais distintas, tanto pelas suas características naturais quanto pela sua constituição e atividade (rural ou urbana), admite-se que a imigração alemã a Santa Maria não foi uma experiência uniforme. Para melhor visualizar a relação dos imigrantes com o



espaço, discutindo a sua inserção e a sua territorialização, propõe-se abordar os contextos urbano e rural separadamente.

Uma vez que é possível constatar a existência de duas realidades espaciais distintas, tanto pelas suas características naturais quanto pela sua constituição e atividade (rural ou urbana), admite-se que a imigração alemã a Santa Maria não foi uma experiência uniforme. Para melhor visualizar a relação dos imigrantes com o espaço, discutindo a sua inserção e a sua territorialização, propõe-se abordar os contextos urbano e rural separadamente.

### **Inserção alemã no espaço rural de Santa Maria**

A Colônia do Pinhal se assemelhou a outros empreendimentos coloniais alemães do Rio Grande do Sul por situar-se em um espaço florestal pertencente à Mata Atlântica sul-rio-grandense, uma área preterida pelos primeiros ocupantes europeus do Sul (BUBLITZ, 2008; ZARTH, 1997). Salienta-se, de imediato, que esta condição de ambiência agroflorestal, dotada de uma natureza distinta da encontrada no espaço urbano, garante uma espacialidade singular às relações estabelecidas entre os imigrantes ali inseridos. O território e a territorialidade (REFFESTIN, 1993), nesse sentido, são influenciados por relações de produção distintas das encontradas e experienciadas pelos estrangeiros na urbanidade.

Tradicionalmente, a historiografia tratou de dicotomizar as experiências socioeconômicas desenvolvidas em áreas de floresta e de campo. A primeira, localizada na *esvaziada* metade norte da Província do Rio Grande do Sul, foi ligada a uma ocupação tardia por imigrantes europeus, que desenvolveram a agricultura e o extrativismo como principais atividades econômicas. A segunda, localizada na metade sul da Província, marcada pelas planícies pampeanas, foi a primeira porção territorial a ser sistematicamente ocupada devido à propensão do espaço à pecuária, atividade mais lucrativa da região nos séculos XVIII e XIX. Sabe-se, atualmente, que esta divisão não é de todo correta. A realidade daquele espaço florestal, ocupado tardiamente pelos imigrantes alemães, mostrava-se mais complexa social e economicamente (ZARTH, 1997).

Antes da fundação da Colônia do Pinhal e da inserção de estrangeiros no altiplano norte do município, o espaço florestal de Santa Maria era ocupado por um contingente expressivo de lavradores nacionais, que tinham na agricultura e na atividade madeireira a sua principal fonte de subsistência. A sua produção era diversificada, abarcando, inclusive, a criação de alguns animais, como muares (FARINATTI, 1999). Além disso, a terra sobre a qual fundou-se a Colônia foi comprada de proprietários luso-brasileiros pelos futuros colonos do Pinhal, os imigrantes Miguel Kroeff, Jacob Adamy e Jacob Albrecht, indicando que aquela terra, em 1857, não era propriamente devoluta. Estas questões, para além da complexificação social do planalto santa-mariense, são importantes para uma reflexão sobre a conformação de territórios em espaços antes ocupados por outros. O território colonial do Pinhal, possivelmente, foi configurado a partir de um espaço já afetado por práticas e relações de outros grupos. Fala-se, portanto, de uma territorialização imigrante sobre um território previamente conformado por outro grupo.

Os colonos do Pinhal, assim como muitos de seus compatriotas alocados em áreas florestais, desenvolveram sua economia fundamentalmente a partir do cultivo de gêneros nativos do continente americano, como o milho, a batata, a mandioca e o feijão. Em segundo plano, ficava a criação de animais e também a extração de madeira, facilitada em virtude da vegetação circundante à Colônia (AVELLO, 2018). Deve-se levar em consideração, claro, que esses indivíduos não agiam desprovidos de conhecimentos prévios. Como indicou Eduardo Relly (2020a, p. 12) ao analisar a transferência de conhecimentos agroflorestais da Europa às colônias alemãs do Rio Grande do Sul, “os cultivos de horta permaneceram europeus e as culturas propriamente agrícolas se reportaram ao conjunto das plantas tropicais-latino-americanas”.

Pode-se dizer, dessa forma, que a relação mantida entre os colonos e o plano natural, isto é, a agricultura, os animais e a floresta, desenvolveu-se de forma híbrida, o que, novamente, garante uma singularidade ao território produzido pelos imigrantes. Afinal, “a apropriação produtiva e/ou cognitiva da natureza sempre é

um processo de territorialização, no qual o território resultante se torna, ele próprio, força condicionante das ações futuras” (ESPÍNDOLA, 2012, p. 183). A Colônia, assim, passa a ser entendida como o território produzido pelas práticas coloniais, isto é, práticas criadas pela transferência de saberes, neste caso agrícolas, pastoris e florestais, e reproduzidas e um espaço circunscrito (TORRE, 2020).

No deslocamento de um espaço de origem para outro de destino, os migrantes, colonizadores, traficantes, conquistadores, etc., levam consigo a territorialidade, que tentarão recriar ou que usarão para se territorializar no destino. Junto com a bagagem cultural-histórica, conhecimento-tecnicidade (prática) que lhes servirá de guia no novo espaço, também levam uma bagagem biótica [...]. O processo de territorialização nem sempre é viável ecologicamente, e, portanto, ou os impactos ambientais tendem ao desastre, comprometendo os assentamentos humanos, ou, antes que esse ocorra, os atores conseguem as adaptações necessárias. (ESPÍNDOLA, 2012, p. 189)

É bastante provável que os imigrantes alemães estabelecidos na Colônia do Pinhal, sob o ponto de vista socioeconômico da História Ambiental (WORSTER, 1991), tenham tido experiências similares a outros colonos estabelecidos na metade norte do Rio Grande do Sul, também em espaços florestais. Diz-se, nesse sentido, da relação estabelecida com o espaço natural em que estavam inseridos, de uma relação fortemente influenciada pelos seus conhecimentos prévios, saberes de uma natureza diferente da natureza encontrada nas colônias. Fala-se também de como este espaço agroflorestal foi transformado e conformado por suas relações econômicas, políticas e sociais, conferindo-o uma singularidade territorial. Sob esta perspectiva, uma aproximação com outras experiências imigrantes é possível.

Contudo, ponto de imprescindível destaque, que distingue a experiência do Pinhal das demais, é o fato de que os fundadores da Colônia conscientemente estabeleceram-se em uma área florestal anteriormente ocupada. Esta questão permite que sejam levantados dois pontos: 1) os colonos do Pinhal divergiram da maior parte dos imigrantes alemães, que tomaram conhecimento do ambiente de mata virgem apenas quando da sua chegada ao Brasil (RELLY, 2020a); 2) possivelmente, os colonos do pinhal não se estabeleceram em um ambiente de – mata virgem –, uma vez que o espaço da Colônia foi adquirido de terceiros. Além disso, o direcionamento dos alemães fundadores do Pinhal a um espaço

agroflorestal ocorreu depois de sua passagem pelo espaço urbano de Santa Maria. Portanto, para pensar o território do Pinhal, espaço apropriado e significado pelos colonos imigrantes alemães é também preciso levar em consideração essas singularidades. São elas que complexificam a relação dos imigrantes com o espaço, visto que a sua inserção ocorreu de maneira consciente e voluntária.

### **Inserção alemã no espaço urbano de Santa Maria**

Diante de pesquisas já realizadas sobre a relação dos imigrantes alemães com o espaço urbano de Santa Maria (BECKER NETO, 2020a; 2020b), faz-se necessária uma síntese objetiva da espacialidade da sua experiência. A partir da observação de um universo de práticas voltadas à apropriação do solo urbano santa-mariense entre as décadas de 1850, 1860 e 1870, especialmente os requerimentos de terrenos realizados pela população ao poder público municipal e provincial, se chegou a um delimitado contingente de imigrantes alemães e descendentes. A requisição de terrenos foi uma prática muito difundida na segunda metade do século XIX pela população local, e pesquisas demonstraram como um problema étnico destacou os imigrantes alemães frente ao restante da população (BECKER NETO 2020a) na busca pela posse de terra urbana.

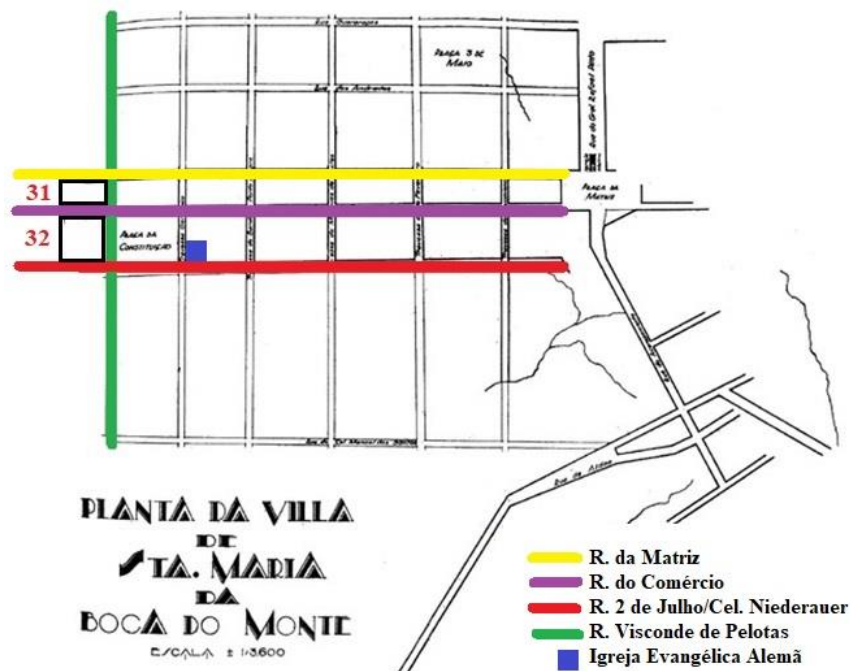
Chegou-se a um contingente formado majoritariamente por membros e membros fundadores da Comunidade Evangélica Alemã e da Associação Alemã de Assistência de Santa Maria. Com a execução do método onomástico para a recomposição de seus círculos sociais, pôde-se reconstituir fragmentos de redes de relações dos imigrantes requerentes de terreno. Para tanto, foi necessário expandir o universo das fontes e adentrar o âmbito privado dos indivíduos em observação, isto é, analisar as relações estabelecidas a partir das dimensões patrimonial (inventários e testamentos), religiosa (registros de batismo e casamento), associativa (lista de membros da Associação de Assistência; lista de maçons), educacional (matrículas em escolas alemãs) e outras. Esses fragmentos de redes relacionais levantados foram complexificados pela constatação da etnicidade como um fundamento para a manutenção dos vínculos estabelecidos entre os alemães requerentes de terrenos.

Essa dimensão étnica era alimentada e reproduzida pelos indivíduos pela contração do matrimônio entre alemães e alemãs, por práticas de apadrinhamento/compadrio, e pelas atividades associativas e religiosas das suas agremiações (BECKER NETO, 2020b).

Esse universo relacional mostrou-se articulado para requerer terrenos em um espaço próximo, muitas vezes apresentando adjacência entre os lotes solicitados, ou entre as residências já existentes desses alemães. Isso apontou para a produção de uma vizinhança alemã, ou seja, de um espaço conscientemente produzido pelas suas relações e também pelas suas práticas (TORRE, 2018; 2020) – fossem elas as práticas associativas, as religiosas, ou propriamente a prática de requisição de terra. Fala-se, nesse sentido, de um universo de práticas e relações sociais, econômicas, culturais e políticas que dotavam um espaço com características próprias do grupo em questão. Essa vizinhança, nesse sentido, passa a ser um território de reprodução social da população em análise, um território produzido por e para alemães. Pode-se dizer, portanto, que a constituição de uma vizinhança fez parte de um processo de territorialização dos imigrantes e da sua descendência, ou seja, da articulação e da aplicação de uma (ou mais) estratégia(s) de apropriar-se e controlar um espaço, o espaço urbano de Santa Maria.

Abaixo, a figura 2 mostra a planta municipal de Santa Maria, de 1862, com a indicação de algumas das principais ruas onde estavam localizados os lotes requeridos pelos imigrantes alemães. Destacam-se as quadras circundantes à Igreja Evangélica Alemã e à Praça da Constituição, onde concentravam-se muitos dos terrenos almejados pelo grupo.

Figura 2 – Planta da Vila de Santa Maria da Boca do Monte de 1862



Fonte: Adaptado de Becker Neto (2020b).

De acordo com a análise dos requerimentos de terrenos expedidos entre os anos de 1858 e 1873, percebeu-se que houve um deslocamento, no sentido leste-oeste, da localização de muitos dos lotes almejados pelos alemães. Fosse pela ocupação primeira da porção leste da planta (eixo fundacional do núcleo urbano de Santa Maria), ou pela expansão da sede municipal, os alemães passaram a buscar lotes nas partes mais a oeste das ruas da Matriz, do Comércio, e, especialmente, da Rua 2 de Julho (posteriormente nomeada Coronel Niederauer) (BECKER NETO, 2020b). Esta área não coincidentemente abrigou o templo evangélico alemão, cuja construção foi finalizada na década de 1870.<sup>3</sup> A vizinhança almejada contou, inclusive, com terrenos requeridos por colonos do Pinhal, simbolizando o não rompimento dos laços destes imigrantes com o centro urbano municipal.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> O construtor encarregado de erguer o prédio da igreja foi Jacob Adamy Filho, filho do colono do Pinhal Jacob Adamy.

<sup>4</sup> Outros aspectos da relação dos colonos alemães do Pinhal com a urbanidade santa-mariense, no período pós-fundação da Colônia, podem ser conferidos em Becker Neto (2020b).

Abordou-se distintas experiências imigrantes alemãs na Santa Maria oitocentista. Enquanto a territorialização no espaço agroflorestal foi discutida a partir de elementos como as práticas desenvolvidas para o manejo de recursos naturais, propôs-se, para o espaço urbano, observar a territorialização a partir de práticas de apropriação do solo. Entende-se que estas são práticas e relações diferentes uma da outra, que emanam espacialidades distintas, e, portanto, não há motivos para confrontá-las e compará-las entre si.

A espacialidade não é única nem tem caráter universal, mas varia com a natureza diferencial dos diversos fenômenos e processos sociais. Os processos sociais produzem a espacialidade determinada, ou seja, a organização espacial (ou territorial) que é sustentada, reforçada e conservada, ou modificada por esses processos sociais (ESPÍNDOLA, 2012, p. 189).

Buscou-se, portanto, espacializar as experiências de inserção de imigrantes alemães em Santa Maria. Este movimento, cuja inspiração provém da superação da dicotomia sociedade-natureza, preconizada pela História Ambiental, e da chamada à espacialização dos fenômenos sociais por Edoardo Grendi, complexifica a análise. Tomar o espaço de modo relacional, procurando examinar as relações e as práticas sociais, econômicas e políticas estabelecidas pelos agentes históricos entre si, e entre si e o espaço, é um exercício desafiador e contínuo.

### **Considerações finais**

Entende-se que, a partir da ideia de espaço relacional, cunhada em meio ao giro espacial das Ciências Sociais, nas décadas finais do século XX, é possível adentrar e complexificar os processos de inserção e de territorialização de imigrantes. Este conceito encontra respaldo em preceitos da Micro-história italiana, especialmente na vertente desenvolvida a partir de Edoardo Grendi, e encontra um universo de possibilidades no campo da História Ambiental. Partindo da ideia de espaço relacional, e unindo-a às perspectivas micro-histórica e da História Ambiental, propôs-se refletir sobre a inserção de imigrantes alemães no município de Santa Maria, no século XIX.

Destacou-se a importância das práticas e das relações, sejam elas de fundo social, econômico, político ou cultural, para a conformação de territórios. Na interação dos agentes históricos com o espaço, os fenômenos e os processos sociais são dotados de espacialidade. Na Colônia do Pinhal, o ambiente, o ecossistema social e natural, emerge como fundamental para a interpretação da experiência imigrante, visto que os recursos naturais materializados no espaço fazem parte do cotidiano das práticas desenvolvidas pelos colonos. Estas práticas, forjadas no processo de hibridização de saberes, conferem o caráter singular da espacialidade colonial. Importante ponto de consideração sobre o Pinhal é a possibilidade de que os imigrantes alemães tenham conformado o seu território sobre um espaço previamente apropriado e trabalhado, um outro território.

No espaço urbano, o processo de territorialização, ou seja, o processo de apropriação e de controle do espaço, ocorreu em meio a práticas diversas. A experiência dos imigrantes alemães em Santa Maria, neste caso, estava, em grande medida, fundamentada pela etnicidade das relações sociais estabelecidas intragrupo. Estas relações, como em um ciclo, eram essenciais para a reprodução da etnicidade e davam significado às práticas desenvolvidas pelos imigrantes analisados e sua descendência. A conformação de uma vizinhança, de um território conscientemente produzido, passou pelas dinâmicas relacionais dos alemães alocados no espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

AVELLO, Adriano Sequeira. **À sombra do sucesso: dinâmica social numa Colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal – Itaara/RS, 1857-1894)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

BECKER NETO, Octávio. **A morfogênese urbana de Santa Maria/RS sob perspectiva social: uma análise das concessões de terrenos realizada pela Câmara Municipal na segunda metade do século XIX. Temporalidades – Revista de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/19617>. Acesso em: 31 mai. 2020.



BECKER NETO, Octávio. **Requerimentos e concessões fundiárias: experiências sociais de apropriação do solo urbano (Santa Maria, Rio Grande do Sul, século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020b.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Ambiente e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 323-340, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a08.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v.4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: <http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Hist%F3ria%20Ambiental%20Drummond.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (org.). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (1845-1880)**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MACHADO, Paulo Fernando dos Santos; NOAL FILHO, Valter Antonio; MARCHIORI, José Newton Cardoso (org.). **Do céu de Santa Maria**. Santa Maria: D. Marin, 2008.

MÍGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas. BJERG, María; OTERO, Hernán (org.). **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Buenos Aires; Tandil: Instituto de Estudios Históricos Sociales; Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, 1995.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria – RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830/1891**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, 2010, v. 24, p. 81-101, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/09.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RELLY, Eduardo. A agricultura e floresta dos alemães no Brasil: mobilidade, conhecimentos e transfers no Urwald (século XIX). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-16, 2020a. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/34021>. Acesso em: 12 out. 2020.

RELLY, Eduardo. As origens aldeãs das comunidades teuto-brasileiras no sul do Brasil: os commons. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 13, n. 2, 2020b. Disponível em: <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/1079>. Acesso em: 31 mar. 2021.

TORRE, Angelo. Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidad en una historia espacializada. **Historia Crítica**, n. 69, p. 37-67, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/histcrit69.2018.03>. Acesso em: 9 jun. 2021.

TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã**. Rio Grande do Sul – Século XIX. 2. ed. São Leopoldo: Oikos: Editora Unisinos, 2015.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>. Acesso em: 21 set. 2020.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.